BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS – Abril-Maio-Junho de 2013 - ISSN 2175-9103 Nº59

Boletim 59
Data: Abril-Maio-Junho/2013

EDITORIAL

O Boletim nº 59 oferece ao público leitor um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no primeiro semestre de 2013. Neste período muitas questões sociais e políticas problemáticas foram levantadas por diversos setores da população brasileira. Esta situação fez com que muitas pessoas fossem às ruas reivindicar seus direitos, ainda que de uma maneira desorganizada, conseguiram causar certa turbulência na esfera político-governamental do Brasil. No entanto este fenômeno contemporâneo vem ocorrendo em outros lugares do mundo antes de aflorar por aqui.

Nesta edição destacamos alguns assuntos que foram notícia no período. O primeiro artigo é o texto "Médicos Cubanos no Brasil?" de Frei Betto, onde o autor faz uma breve análise em relação proposta do governo PT para melhorar o atendimento público da saúde no País. Continuando na mesma direção, são apresentados também dois artigos de opinião sobre: a "Luta política e agenda liberalizante do governo Dilma", na qual se aborda a questão dos leilões de petróleo no país, e o texto "Sindicalismo das Américas coloca democratização da comunicação na ordem do dia", de Isaías Dalle, Stella Borzilo e Leonardo Severo, onde serão trabalhados a problemática da liberdade de expressão na América latina, os monopólios midiáticos e suas estratégias de manipulação.

Apresentamos ainda uma excelente análise da autora Marilena Chauí "O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação", que vai tratar da relação entre às estratégias políticas adotadas pelos atuais governantes brasileiros e as resistências e conseqüências que estão encontrando por parte de inúmeros setores da população. O artigo enfoca mais especificamente os acontecimentos ocorridos no Estado de São Paulo, no entanto os aportes da autora servem também como reflexão nacional.

É importante lembrar neste editorial que o mês de março é especialmente importante para todas as mulheres trabalhadoras do mundo, representa para todas nós um momento de reflexão, de balanço, de consciência dos desafios de nossa história, por isso, em homenagem ao dia internacional da mulher (8 de março) apresentamos também nesta edição um artigo de integrantes da equipe sobre "A repercussão social do enfoque midiático nos crimes sexuais"**.** Finalizando está edição publicamos ainda outro artigo da equipe tratando do retrocesso que se tenta imprimir na legislação brasileira em torno da criminalização da juventude.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Danilo Rocha Cerqueira
Bolsista do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Médicos cubanos no Brasil?

Se não chegam médicos cubanos, o que dizer à população desassistida de nossas periferias e do interior? Que suporte as dores? Que morra de enfermidades facilmente tratáveis? Que peça a Deus o milagre da cura?

Por Frei Betto, 17/05/2013

O Conselho Federal de Medicina (CFM) está indignado frente ao anúncio da presidente Dilma de que o governo trará 6.000 médicos de Cuba, e outros tantos de Portugal e Espanha, para atuarem em municípios carentes de profissionais da saúde. Por que aqui a grita se restringe aos médicos cubanos? Detalhe: 40% dos médicos do Reino Unido são estrangeiros.

Também em Portugal e Espanha há, como em qualquer país, médicos de nível técnico sofrível. A Espanha dispõe do 7º melhor sistema de saúde do mundo, e Portugal, o 12º. Em terras lusitanas, 10% dos médicos são estrangeiros, inclusive cubanos, importados desde 2009. Submetidos a exames, a maioria obteve aprovação, o que levou o governo português a renovar a parceria em 2012.

Ninguém é contra o CFM submeter médicos cubanos a exames (Revalida), como deve ocorrer com os brasileiros, muitos formados por faculdades particulares que funcionam como verdadeiras máquinas de caça-níqueis.

O CFM reclama da suposta validação automática dos diplomas dos médicos cubanos. Em nenhum momento isso foi defendido pelo governo. O ministro Padilha, da Saúde, deixou claro que pretende seguir critérios de qualidade e responsabilidade profissionais.

A opinião do CFM importa menos que a dos habitantes do interior e das periferias de nosso país que tanto necessitam de cuidados médicos. Estudos do próprio CFM, em parceria com o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, sobre a “demografia médica no Brasil”, demonstram que, em 2011, o Brasil dispunha de 1,8 médico para cada 1.000 habitantes.

Temos de esperar até 2021 para que o índice chegue a 2,5/1.000. Segundo projeções, só em 2050 teremos 4,3/1.000. Hoje, Cuba dispõe de 6,4 médicos por cada 1.000 habitantes. Em 2005, a Argentina contava com mais de 3/1.000, índice que o Brasil só alcançará em 2031.

Dos 372 mil médicos registrados no Brasil em 2011, 209 mil se concentravam nas regiões Sul e Sudeste, e pouco mais de 15 mil na região Norte.

O governo federal se empenha em melhorar essa distribuição de profissionais da saúde através do Provab (Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica), oferecendo salário inicial de R$ 8 mil e pontos de progressão na carreira, para incentivá-los a prestar serviços de atenção primária à população de 1.407 municípios brasileiros. Mais de 4 mil médicos já aderiram.

O senador Cristovam Buarque propõe que médicos formados em universidades públicas, pagas com o seu, o meu, o nosso dinheiro, trabalhem dois anos em áreas carentes para que seus registros profissionais sejam reconhecidos.

Se a medicina cubana é de má qualidade, como se explica a saúde daquela população apresentar, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), índices bem melhores que os do Brasil e comparáveis aos dos EUA?

O Brasil, antes de reclamar de medidas que beneficiam a população mais pobre, deveria se olhar no espelho. No ranking da OMS (dados de 2011), o melhor sistema de saúde do mundo é o da França. Os EUA ocupam o 37º lugar. Cuba, o 39º. O Brasil, o 125º lugar!

Se não chegam médicos cubanos, o que dizer à população desassistida de nossas periferias e do interior? Que suporte as dores? Que morra de enfermidades facilmente tratáveis? Que peça a Deus o milagre da cura?

Cuba, especialista em medicina preventiva, exporta médicos para 70 países. Graças a essa solidariedade, a população do Haiti teve amenizado o sofrimento causado pelo terremoto de 2010. Enquanto o Brasil enviou tropas, Cuba remeteu médicos treinados para atuar em condições precárias e situações de emergência.

Médico cubano não virá para o Brasil para emitir laudos de ressonância magnética ou atuar em medicina nuclear. Virá tratar de verminose e malária, diarreia e desidratação, reduzindo as mortalidades infantil e materna, aplicando vacinas, ensinando medidas preventivas, como cuidados de higiene.

O prestigioso New England Journal of Medicine, na edição de 24 de janeiro deste ano, elogiou a medicina cubana, que alcança as maiores taxas de vacinação do mundo, “porque o sistema não foi projetado para a escolha do consumidor ou iniciativas individuais”. Em outras palavras, não é o mercado que manda, é o direito do cidadão.

Por que o CFM nunca reclamou do excelente serviço prestado no Brasil pela Pastoral da Criança, embora ela disponha de poucos recursos e improvise a formação de mães que atendem à infância? A resposta é simples: é bom para uma medicina cada vez mais mercantilizada, voltada mais ao lucro que à saúde, contar com o trabalho altruísta da Pastoral da Criança. O temor é encarar a competência de médicos estrangeiros.

Quem dera que, um dia, o Brasil possa expor em suas cidades este outdoor que vi nas ruas de Havana: “A cada ano, 80 mil crianças do mundo morrem de doenças facilmente tratáveis. Nenhuma delas é cubana”.

Link: http://www.brasildefato.com.br/node/12953

Em Foco II

Venezuela, Paraguai e o futuro da América Latina e Caribe

Jesús Arboleya Cervera, 22.05.13

O resultado de duas polêmicas eleições voltou a incentivar o debate sobre o futuro da América Latina. Na Venezuela, triunfou a esquerda; porém, a escassa margem obtida motivou que alguns o interpretem como o

princípio do fim da revolução bolivariana e, com isso, o fracasso do processo integracionista latino-americano e caribenho. No Paraguai, no entanto, triunfou a direita, legitimando um golpe de Estado que foi repudiado por todos os países da região e, paradoxalmente, o resultado foi a eventual reincorporação desse país aos organismos de integração dos quais havia sido excluído. Ambos casos ilustram a complexidade desse processo integracionista e obrigam a analisar seus componentes.

Na Venezuela, a integração latino-americana está relacionada com as profundas transformações que aconteceram a partir da vitória de Hugo Chávez, em 1999. Como acontece usualmente, seu radicalismo esteve mais condicionado pelas forças que teve que enfrentar, do que pelo desenho original de seus dirigentes. O que foi um movimento nacionalista com preocupações sociais, que pretendia transformar uma realidade caracterizada por 28% de miséria extrema em um país rico em petróleo e outros recursos naturais, adveio revolução socialista porque o imperialismo norte-americano e a oligarquia venezuelana não lhe deixaram outra alternativa. Quando hoje se fala em violência; delinquência; corrupção administrativa e ignorância política na Venezuela podemos estar falando de problemas que a revolução bolivariana não pode resolver plenamente; porém, de maneira nenhuma isso foi produto do processo revolucionário. Ao contrário, a Venezuela se qualifica como um dos países latino-americanos onde o neocolonialismo mostrou suas piores consequências e somente partindo desse ponto podemos compreender essa realidade.

A oligarquia venezuelana é fruto do saqueio da riqueza petroleira, nunca teve afãs desenvolvimentistas e a nacionalização do petróleo só serviu para aumentar sua quota de lucros, em um esquema de exploração onde os grandes beneficiários continuaram sendo as grandes empresas norte-americanas. Foi o preço que os Estados Unidos tiveram que pagar para garantir o controle do país; porém, nem isso foram capazes de fazer. O jorro de tanto dinheiro chegou a certos setores da classe média, cujo objetivo existencial foi imitar o American Way of Life. Quando a evidência dos cerros resultava muito vexatória e incomodava o bom gosto, a opção desses setores era olhar para Miami, onde depositavam suas economias; tinham casas ou gastavam seu dinheiro em um ambiente mais "civilizado".

Uma característica da revolução bolivariana é que apenas nacionalizou as propriedades da oligarquia. Na realidade, salvo as propriedades suntuosas, pouco tinha que nacionalizar. A verdade é que tanto a oligarquia quanto a classe média venezuelana beneficiaram-se economicamente da revolução bolivariana; porém, com o fim de evitar a descapitalização do país, o governo regulou a emigração desse capital e isso contradiz os sonhos de vida dessas pessoas. A oligarquia venezuelana não está disposta a investir na Venezuela, mesmo que sobrem oportunidades para isso, simplesmente porque isso não faz parte de sua natureza.

Está claro que cerca de sete milhões de venezuelanos não são burgueses; nem sequer são classe média, apesar de que o incremento dessa classe beneficiou-se com a diminuição da pobreza, que hoje apenas chega aos 7%. Evidentemente, muitos pobres também votaram na direita e a razão disso está nas limitações e erros do governo revolucionário, como nas sequelas ideológicas e culturais que ainda estão presentes no âmbito político interno. Outra característica da revolução bolivariana é que, apesar de todas as suas tentativas subversivas, as forças políticas da direita se mantêm quase intactas e atuam de muitas maneiras no cotidiano dos venezuelanos, especialmente através dos meios de comunicação massivos, que, em sua maioria, continuam controlando.

No entanto, quando se fala de "quase" a metade dos venezuelanos votou pela direita, esquece-se de que mais de 50% votaram pela revolução socialista, um balanço impensável há 14 anos, quando essas pessoas apenas votavam e, surpreendente, nas condições em que esse processo teve que ser desenvolvido e, ainda mais após o desaparecimento físico de Hugo Chávez, introduzindo outro fator político adverso para as forças revolucionárias.

Antes, dizia-se que sem Chávez a revolução bolivariana não sobreviveria. Bom, sobreviveu! Nisso radica o grande triunfo das eleições passadas. Agora, cabe aos revolucionários venezuelanos superar-se e continuar avançando no progresso social e na participação popular, para consolidar um poder que alcançaram jogando segundo as regras de seus inimigos. Também os Estados Unidos deveriam calcular o que seria esse país se algum dia a direita triunfasse, pretendendo reverter as conquistas do povo.

Sem dúvida, a Venezuela incorpora uma qualidade distintiva ao processo integracionista da América Latina e do Caribe. A Alba supõe uma visão solidária e um projeto político mais abarcador do que outros mecanismos de integração regionais; porém, tal projeto não se contradiz ao restante; nem estes estão absolutamente

divorciados dessa vontade, como se comprova na atitude assumida frente a outras tentativas golpistas da direita e no próprio caso do Paraguai.

Em seu momento, a direita paraguaia impediu a incorporação da Venezuela ao Mercosul; porém, agora, exigem que ela aceite caso eles queiram reingressar; o que, inevitavelmente, farão. Isso demonstra que os países latino-americanos não estão na disjuntiva de escolher entre os Estados Unidos e outras alternativas; mas que a opção norte-americana tem limitações insuperáveis, como resultado dos próprios problemas que enfrentam e o deterioro relativo da hegemonia estadunidense na área. A integração, portanto, não só corresponde aos interesses populares, como com os das burguesias nacionais latino-americanas, a não ser que sejam tão obtusas como tem demonstrado ser a venezuelana.

A América Latina e o Caribe sabem que na Venezuela se debate sua própria causa e isso explica o apoio unânime recebido por Nicolás Maduro, deixando uma vez mais os Estados Unidos totalmente isolados na região. Tal apoio incorpora um fator de legitimidade e colaboração que fortalece o processo revolucionário venezuelano e, uma vez mais, coloca o governo norte-americano ante a evidência de que transformar sua política para a América Latina e distanciar-se da anacrônica oligarquia latino-americana fortalece seus próprios interesses, tal e como predisse John F. Kennedy há mais de meio século. Do contrário, até ganhando, perdem.

[Original em espanhol em La pupila insomne - http://lapupilainsomne.wordpress.com].

Link: http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&langref=PT&cod=75429

Em Foco III

Luta política e a agenda liberalizante do governo Dilma

As forças populares não podem deixar de denunciar os criminosos leilões do petróleo que estão marcados para os dias 14 e 15 de maio

Editorial da edição 532 do Brasil de Fato, 08/05/2013

Algumas movimentações em curso no atual cenário político do país são sinais de uma polarização que se torna cada vez mais inevitável. A tendência da luta de classes no Brasil é que as contradições e diferenças entre os interesses das forças populares e das forças neoliberais se tornem cada vez mais nítidas para o conjunto da sociedade. As forças populares defendem um projeto de desenvolvimento nacional que contemple as reformas estruturais e seja pautado pela soberania popular. Já as forças neoliberais defendem centralmente a hegemonia do capital financeiro na economia brasileira, os ajustes fiscais que penalizam a classe trabalhadora e a retomada do programa de privatizações do patrimônio público.

Os partidos de direita, que representam os interesses neoliberais, foram derrotados no plano eleitoral em 2002, 2006 e 2010. No entanto, não se pode subestimar a capacidade da direita brasileira de reagir e virar esse jogo.

Existe um plano em curso que objetiva triunfar nas eleições presidenciais de 2014. Trata-se de uma ofensiva da direita brasileira que tem traços em comuns com a crise política da década de 1950 e que precedeu o

golpe militar 1964. Podemos identificar três movimentações que dão conteúdo à ofensiva da direita nesse momento.

A primeira reside no fato de que as forças neoliberais buscam compensar suas derrotas e fragilidades na luta eleitoral através de uma aliança conservadora com o poder Judiciário e com a grande mídia reacionária. Com este conluio as forças conservadoras avançam no campo da luta ideológica, negando a identidade de classe da jovem classe trabalhadora em formação através do embuste da "nova classe média", criminalizando as lutas sociais, judicializando a política ao fazer do STF um balcão a serviço do revanchismo político da direita. A recente sanha do STF ao tentar sufocar as funções constitucionais do poder Legislativo de maioria pró-Dilma é parte dessa disputa. Essa movimentação da direita brasileira pode diminuir as margens para a luta democrática.

A segunda movimentação desta direita objetiva pulverizar a luta eleitoral de 2014 em torno de diversas candidaturas para provocar um segundo turno numa tentativa de derrotar a reeleição de Dilma. Uma candidatura alternativa proveniente da base de partidos que sustentam o governo Dilma e que divida votos, mesmo que poucos, faz parte dos planos da direita. Nesse caso, mais uma vez o STF e a mídia conservadora trabalham incansavelmente para viabilizar a candidatura de Marina Silva e Eduardo Campos.

A terceira movimentação da direita busca diluir e descaracterizar o programa neodesenvolvimentista do governo Dilma, que tem como meta-síntese o crescimento econômico e a distribuição de renda. Para isto, o dispositivo midiático-conservador em aliança com o capital financeiro e com uma certa burguesia interna sem projeto de nação estão conseguindo imprimir uma agenda liberalizante no governo Dilma que não acumula forças para os interesses do povo brasileiro.

Começou com a timidez e lentidão na mudança dos rumos da política econômica que ainda permanece refém do dogma neoliberal fundado no tripé conservador: câmbio flexível, sistemas de metas de inflação e superávit primário. Depois, veio o fim da aposentadoria integral do funcionalismo e o enfrentamento da greve dos servidores públicos com mão de ferro no ano de 2012.

Em seguida, o governo federal encaminhou a concessão dos três maiores aeroportos do país para o controle da iniciativa privada. Além disso, para atender aos interesses diretos da burguesia interna, o governo viabilizou a desoneração da folha de pessoal de 15 setores da economia, podendo comprometer a previdência social.

Agora, um amplo programa de concessão de rodovias, ferrovias e portos para o setor privado está em curso. Para consolidar a agenda liberalizante, o governo autorizou a retomada dos leilões de áreas de exploração do petróleo para este ano, que estavam paralisados desde dezembro de 2008.

A contradição é que esta perniciosa agenda liberalizante parte do seio da frente neodesenvolvimentista que sustenta o governo Dilma. Isto é a demonstração cabal de que tal frente é hegemonizada pela burguesia interna.

Nesse momento, os setores populares precisam acumular forças para impedir as medidas privatizantes. Nesse sentido, as forças populares não podem deixar de denunciar os criminosos leilões do petróleo que estão marcados para os dias 14 e 15 de maio.

Link: http://www.brasildefato.com.br/node/12835

Em Foco IV

Sindicalismo das Américas coloca democratização da comunicação na ordem do dia

Reunidos em Montevidéu, lideranças sindicais e assessores de 12 países reafirmam defesa da liberdade de expressão

Por Isaías Dalle, Stella Borzilo e Leonardo Severo

De Montevidéu, Uruguai, 03/04/2013

Reunidos em Montevidéu no Seminário "Democratização da Comunicação nas Américas", dirigentes sindicais e assessores de 12 países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Uruguai) reafirmaram a defesa da liberdade de expressão como elemento central na política da CSA (Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas) para o próximo período.
O objetivo do encontro, iniciado nesta quarta-feira (3), é definir um plano de ação para implementar as deliberações do II Congresso da entidade, que já havia definido a democratização das comunicações, "com o enfrentamento aos monopólios e oligopólios do setor", como ferramenta indispensável para garantir democracia e liberdade no Continente.
Para o secretário geral da CSA, Victor Báez, o "latifúndio midiático" em mãos de poucos grupos privados acaba sendo um poder de fato. "Este poder lhes proporciona a capacidade de incidir sobre os entornos políticos e sociais e influir na cotidianidade de trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, esta concentração impede, entre outras questões, a consolidação da liberdade de organização e ação sindical para a defesa dos direitos dos trabalhadores", disse.

RECHAÇO À PROPRIEDADE CRUZADA

Na avaliação do especialista Gustavo Gómez, um dos principais responsáveis pela redação do projeto da nova lei de telecomunicações do Uruguai, a atual concentração de meios se soma à propriedade cruzada, em que jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão passam a pertencer a um mesmo dono, como banqueiros e latifundiários. Gustavo acredita que a decisão política por maior diversidade e menos concentração já foi tomada a partir do momento em que o movimento sindical filiado à CSA colocou o tema em sua pauta de reivindicação. "Não podemos deixar este assunto somente nas mãos dos governos, pois são mudanças a longo prazo que necessitam do movimento social organizado", frisou.
A luta por novos marcos regulatórios para o setor deve estar entre as prioridades dos movimentos sindical e social, apontou o coordenador de Comunicação da FES (Fundação Friedrich Ebert), Omar Rincón, para quem é necessário garantir que as verbas de publicidade oficial sejam também democratizadas, possibilitando o surgimento de novos atores. "Os meios comunitários, cidadãos, públicos e não comerciais necessitam de recursos, enquanto que os grandes meios privados continuam sendo financiados – mesmo por governos progressistas - e fazendo a sua batalha pelo relato da hegemonia política. É assim que fazem a disputa desigual pelo mercado da opinião pública", destacou.
Coordenador da Agência Latino-americana de Informação, o equatoriano Oswaldo León, frisou que o movimento sindical já possui uma grande arma, que são os seus veículos de comunicação, "mas que precisam estar coordenados por uma agenda comum, que vá além das pautas corporativas". "Se isso for efetivado, não precisaremos pedir favor a ninguém".

A secretária nacional de Comunicação da CUT e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Rosane Bertotti, destacou que no Brasil está em curso uma campanha para a coleta de 1,8 milhão de assinaturas para dar suporte a projeto de emenda popular com vistas a um novo marco regulatório para o setor. Rosane lembrou que esta é uma pauta que deve estar permanentemente no discurso de cada dirigente sindical. E sugeriu: "Por que não fizemos ainda uma marcha nacional pela democratização da comunicação, a exemplo do que já fizemos em defesa de uma política de valorização do salário mínimo e pela redução da jornada? Esta é uma necessidade inadiável".

NOVA LINGUAGEM

O dirigente da União Operária da Construção da República Argentina (UOCRA), Gerardo Martínez, compartilhou a experiência do canal de televisão Construir TV, mantido pelo Sindicato da categoria, filiado à CGT, e veiculado pela tv digital argentina, distribuído gratuitamente para todo o país. Gerardo mostrou como o Construir TV inova na linguagem e no foco, ao colocar o mundo do trabalho no centro, sem ficar preso ao jargão sindical.
Em nome da rede de Comunicadores da CSA, Leonardo Severo fez um balanço dos avanços do coletivo, formado por profissionais das centrais, nos últimos três anos. Entre outras campanhas que ganharam destaque e visibilidade, Leonardo resgatou a de 7 de outubro, em defesa do trabalho decente, e os dias de ação e solidariedade com países como Espanha, Panamá e México.
De acordo com Amanda Vilatoro, secretária de Políticas Sindicais e Educação da CSA, campanhas bem sucedidas como a da ratificação da Convenção 189 da OIT - que garante os direitos dos trabalhadoras e trabalhadores domésticos – devem servir de exemplo de como conseguir dialogar mais amplamente com a sociedade.
O Seminário continua nesta quinta-feira (4), quando serão aprovadas as recomendações para a CSA e suas filiadas.

Link: http://alainet.org/active/63192&lang=es

Em Foco V

Marilena Chauí: O inferno urbano e a política do favor, tutela e cooptação

Por Marilena Chaui, na **revista Teoria e Debate**

Observações preliminares

O que segue não são reflexões sobre todas as manifestações ocorridas no país, mas focalizam principalmente as ocorridas na cidade de São Paulo, embora algumas palavras de ordem e algumas atitudes tenham sido comuns às manifestações de outras cidades (a forma da convocação, a questão da tarifa do transporte coletivo como ponto de partida, a desconfiança com relação à institucionalidade política como ponto de chegada) bem como o tratamento dado a elas pelos meios de comunicação (condenação inicial e celebração final, com criminalização dos “vândalos”) permitam algumas considerações mais gerais a título de conclusão.

O estopim das manifestações paulistanas foi o aumento da tarifa do transporte público e a ação contestatória da esquerda com o Movimento Passe Livre (MPL), cuja existência data de 2005 e é composto por militantes de partidos de esquerda. Em sua reivindicação especifica, o movimento foi vitorioso sob dois aspectos: 1. conseguiu a redução da tarifa; 2. definiu a questão do transporte público no plano dos direitos dos cidadãos e, portanto, afirmou o núcleo da prática democrática, qual seja, a criação e defesa de direitos por intermédio da explicitação (e não do ocultamento) dos conflitos sociais e políticos.

O inferno urbano

Não foram poucos os que, pelos meios de comunicação, exprimiram sua perplexidade diante das manifestações de junho de 2013: de onde vieram e por que vieram se os grandes problemas que sempre atormentaram o país (desemprego, inflação, violência urbana e no campo) estão com soluções bem encaminhadas e reina a estabilidade política? As perguntas são justas, mas a perplexidade, não, desde que

voltemos nosso olhar para um ponto que foi sempre o foco dos movimentos populares: a situação da vida urbana nas grandes metrópoles brasileiras.

Quais os traços mais marcantes da cidade de São Paulo nos últimos anos e que, sob certos aspectos, podem ser generalizados para as demais? Resumidamente, podemos dizer que são os seguintes:

– explosão do uso do automóvel individual: a mobilidade urbana se tornou quase impossível, ao mesmo tempo em que a cidade se estrutura com um sistema viário destinado aos carros individuais em detrimento do transporte coletivo, mas nem mesmo esse sistema é capaz de resolver o problema;

– explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e shopping centers, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável além de não contar com uma redes de água, eletricidade e esgoto, os problemas sendo evidentes, por exemplo, na ocasião de chuvas;

– aumento da exclusão social e da desigualdade com a expulsão dos moradores das regiões favorecidas pelas grandes especulações imobiliárias e o conseqüente aumento das periferias carentes e de sua crescente distância com relação aos locais de trabalho, educação e serviços de saúde. (No caso de São Paulo, **como aponta Hermínia Maricatto**, deu-se a ocupação das regiões de mananciais, pondo em risco a saúde de toda a população); em resumo: degradação da vida cotidiana das camadas mais pobres da cidade;

– o transporte coletivo indecente, indigno e mortífero. No caso de São Paulo, sabe-se que o programa do metrô previa a entrega de 450 k de vias até 1990; de fato, até 2013, o governo estadual apresenta 90 k. Além disso, a frota de trens metroviários não foi ampliada, está envelhecida e mal conservada; além da insuficiência quantitativa para atender a demanda, há atrasos constantes por quebra de trens e dos instrumentos de controle das operações. O mesmo pode ser dito dos trens da CPTU, que também são de responsabilidade do governo estadual.

No caso do transporte por ônibus, sob responsabilidade municipal, um cartel domina completamente o setor sem prestar contas a ninguém: os ônibus são feitos com carrocerias destinadas a caminhões, portanto, feitos para transportar coisas e não pessoas; as frotas estão envelhecidas e quantitativamente defasadas com relação às necessidades da população, sobretudo as das periferias da cidade; as linhas são extremamente longas porque isso as torna mais lucrativas, de maneira que os passageiros são obrigados a trajetos absurdos, gastando horas para ir ao trabalho, às escolas, aos serviços de saúde e voltar para casa; não há linhas conectando pontos do centro da cidade nem linhas inter-bairros, de maneira que o uso do automóvel individual se torna quase inevitável para trajetos menores.

Em resumo: definidas e orientadas pelos imperativos dos interesses privados, as montadoras de veículos, empreiteiras da construção civil e empresas de transporte coletivo dominam a cidade sem assumir qualquer responsabilidade pública, impondo o que chamo de inferno urbano.

2. As manifestações paulistanas

A tradição de lutas

Recordando: A cidade de São Paulo (como várias das grandes cidades brasileiras) tem uma tradição histórica de revoltas populares contra as péssimas condições do transporte coletivo, isto é, a tradição do quebra-quebra quando, desesperados e enfurecidos, os cidadãos quebram e incendeiam ônibus e trens (à maneira do que faziam os operários no início da Segunda Revolução Industrial, quando usavam os tamancos de madeira – em francês, os sabots – para quebrar as máquinas – donde a palavra francesa sabotage, sabotagem). Entretanto, não foi este o caminho tomado pelas manifestações atuais e valeria a pena indagar por que. Talvez porque, vindo da esquerda, o MPL politiza explicitamente a contestação, em vez de politiza-la simbolicamente, como faz o quebra-quebra.

Recordando: Nas décadas de 1970 a 1990, as organizações de classe (sindicatos, associações, entidades) e os movimentos sociais e populares tiveram um papel político decisivo na implantação da democracia no Brasil pelos seguintes motivos:

1. introdução da idéia de direitos sociais, econômicos e culturais para além dos direitos civis liberais;

2. afirmação da capacidade auto-organizativa da sociedade;

3. introdução da prática da democracia participativa como condição da democracia representativa a ser efetivada pelos partidos políticos. Numa palavra: sindicatos, associações, entidades, movimentos sociais e movimentos populares eram políticos, valorizavam a política, propunham mudanças políticas e rumaram para a criação de partidos políticos como mediadores institucionais de suas demandas.

Isso quase desapareceu da cena histórica como efeito do neoliberalismo, que produziu:

1. fragmentação, terceirização e precarização do trabalho (tanto industrial como de serviços) dispersando a classe trabalhadora, que se vê diante do risco da perda de seus referenciais de identidade e de luta;

2. refluxo dos movimentos sociais e populares e sua substituição pelas ONGs, cuja lógica é distinta daquela que rege os movimentos sociais;

3. surgimento de uma nova classe trabalhadora heterogênea, fragmentada, ainda desorganizada e que por isso ainda não tem suas próprias formas de luta e não se apresenta no espaço público e que por isso mesmo é atraída e devorada por ideologias individualistas como a "teologia da prosperidade" (do pentecostalismo) e a ideologia do "empreendedorismo" (da classe média), que estimulam a competição, o isolamento e o conflito inter-pessoal, quebrando formas anteriores de sociabilidade solidária e de luta coletiva.

Erguendo-se contra os efeitos do inferno urbano, as manifestações guardaram da tradição dos movimentos sociais e populares a organização horizontal, sem distinção hierárquica entre dirigentes e dirigidos. Mas, diversamente dos movimentos sociais e populares, tiveram uma forma de convocação que as transformou num movimento de massa, com milhares de manifestantes nas ruas.

O pensamento mágico

A convocação foi feita por meio das redes sociais. Apesar da celebração desse tipo de convocação, que derruba o monopólio dos meios de comunicação de massa, entretanto é preciso mencionar alguns problemas postos pelo uso dessas redes, que possui algumas características que o aproximam dos procedimentos da midia:

a. é indiferenciada: poderia ser para um show da Madonna, para uma maratona esportiva, etc. e calhou ser por causa da tarifa do transporte público;

b. tem a forma de um evento, ou seja, é pontual, sem passado, sem futuro e sem saldo organizativo porque, embora tenha partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceu passou á recusa gradativa da estrutura de um movimento social para se tornar um espetáculo de massa. (Dois exemplos confirmam isso: a ocupação de Wall Street pelos jovens de Nova York e que, antes de se dissolver, se tornou um ponto de atração turística para os que visitavam a cidade; e o caso do Egito, mais triste, pois com o fato das manifestações permanecerem como eventos e não se tornarem uma forma de auto-organização política da sociedade, deram ocasião para que os poderes existentes passassem de uma ditadura para outra);

c. assume gradativamente uma dimensão mágica, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este opera magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, usuários e, portanto, não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam – ou seja, deste ponto de vista, encontram-se na mesma situação que os receptores dos meios de comunicação de massa.

A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Ora, além da ausência de controle real sobre o instrumento, a magia repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a idéia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação;

d. a recusa das mediações institucionais indica que estamos diante de uma ação própria da sociedade de massa, portanto, indiferente à determinação de classe social; ou seja, no caso presente, ao se apresentar como uma ação da juventude, o movimento assume a aparência de que o universo dos manifestantes é homogêneo ou de massa, ainda que, efetivamente, seja heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político, bastando lembrar que as manifestações das periferias não foram apenas de "juventude" nem de classe média, mas de jovens, adultos, crianças e idosos da classe trabalhadora.

No ponto de chegada, as manifestações introduziram o tema da corrupção política e a recusa dos partidos políticos. Sabemos que o MPL é constituído por militantes de vários partidos de esquerda e, para assegurar a unidade do movimento, evitou a referência aos partidos de origem.

Por isso foi às ruas sem definir-se como expressão de partidos políticos e, em São Paulo, quando, na comemoração da vitória, os militantes partidários compareceram às ruas foram execrados, espancados, e expulsos como oportunistas – sofreram repressão violenta por parte da massa. Ou seja, alguns manifestantes praticaram sobre outros a violência que condenaram na polícia.

A crítica às instituições políticas não é infundada, mas possui base concreta:

a. no plano conjuntural: o inferno urbano é, efetivamente, responsabilidade dos partidos políticos governantes;

b. no plano estrutural: no Brasil, sociedade autoritária e excludente, os partidos políticos tendem a ser clubes privados de oligarquias locais, que usam o público para seus interesses privados; a qualidade dos legislativos nos três níveis é a mais baixa possível e a corrupção é estrutural; como consequência, a relação de representação não se concretiza porque vigoram relações de favor, clientela, tutela e cooptação;

c. a crítica ao PT: de ter abandonado a relação com aquilo que determinou seu nascimento e crescimento, isto é, o campo das lutas sociais auto-organizadas e ter-se transformado numa máquina burocrática e eleitoral (como têm dito e escrito muitos militantes ao longo dos últimos 20 anos).

Isso, porém, embora explique a recusa, não significa que esta tenha sido motivada pela clara compreensão do problema por parte dos manifestantes. De fato, a maioria deles não exprime em suas falas uma análise das causas desse modo de funcionamento dos partidos políticos, qual seja, a estrutura autoritária da sociedade brasileira, de um lado, e, de outro, o sistema político-partidário montado pelos casuímos da ditadura. Em lugar de lutar por uma reforma política, boa parte dos manifestantes recusa a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática.

Assim, sob este aspecto, apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, a maioria dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência.

Como se sabe, essa posição dos meios de comunicação tem a finalidade de lhes conferir o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados.

Dessa maneira, a recusa dos meios de comunicação e as críticas a eles endereçadas pelos manifestantes não impediram que grande parte deles aderisse à perspectiva da classe média conservadora difundida pela mídia a respeito da ética.

De fato, a maioria dos manifestantes, reproduzindo a linguagem midiática, falou de ética na política (ou seja, a transposição dos valores do espaço privado para o espaço público), quando, na verdade, se trataria de afirmar a ética da política (isto é, valores propriamente públicos), ética que não depende das virtudes morais das pessoas privadas dos políticos e sim da qualidade das instituições públicas enquanto instituições republicanas.

A ética da política, no nosso caso, depende de uma profunda reforma política que crie instituições democráticas republicanas e destrua de uma vez por todas a estrutura deixada pela ditadura, que força os partidos políticos a coalizões absurdas se quiserem governar, coalizões que comprometem o sentido e a finalidade de seus programas e abrem as comportas para a corrupção.

Em lugar da ideologia conservadora e midiática de que, por definição e por essência, a política é corrupta, trata-se de promover uma prática inovadora capaz de criar instituições públicas que impeçam a corrupção, garantam a participação, a representação e o controle dos interesses públicos e dos direitos pelos cidadãos. Numa palavra, uma invenção democrática.

Ora, ao entrar em cena o pensamento mágico, os manifestantes deixam de lado que, até que uma nova forma da política seja criada num futuro distante quando, talvez, a política se realizará sem partidos, por enquanto, numa república democrática (ao contrário de uma ditadura) ninguém governa sem um partido, pois é este que cria e prepara quadros para as funções governamentais para concretização dos objetivos e das metas dos governantes eleitos.

Bastaria que os manifestantes se informassem sobre o governo Collor para entender isso: Collor partiu das mesmas afirmações feitas por uma parte dos manifestantes (partido político é coisa de "marajá" e é corrupto) e se apresentou como um homem sem partido. Resultado: a) não teve quadros para montar o governo, nem diretrizes e metas coerentes e b) deu feição autocrática ao governo, isto é, "o governo sou eu". Deu no que deu.

Além disso, parte dos manifestantes está adotando a posição ideológica típica da classe média, que aspira por governos sem mediações institucionais e, portanto, ditatoriais. Eis porque surge a afirmação de muitos manifestantes, enrolados na bandeira nacional, de que "meu partido é meu país", ignorando, talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais do nazismo contra os partidos políticos.

Assim, em lugar de inventar uma nova política, de ir rumo a uma invenção democrática, o pensamento mágico de grande parte dos manifestantes se ergueu contra a política, reduzida à figura da corrupção. Historicamente, sabemos onde isso foi dar.

E por isso não nos devem surpreender, ainda que devam nos alarmar, as imagens de jovens militantes de partidos e movimentos sociais de esquerda espancados e ensangüentados durante a manifestação de comemoração da vitória do MPL.

Já vimos essas imagens na Itália dos anos 1920, na Alemanha dos anos 1930 e no Brasil dos anos 1960-1970.

Conclusão provisória

Do ponto de vista simbólico, as manifestações possuem um sentido importante que contrabalança os problemas aqui mencionados.

Não se trata, como se ouviu dizer nos meios de comunicação, que finalmente os jovens abandonaram a "bolha" do condomínio e do shopping center e decidiram ocupar as ruas (já podemos prever o número de novelas e mini-séries que usarão essa idéia para incrementar o programa High School Brasil, da Rede Globo).

Simbolicamente, malgrado eles próprios e malgrado suas afirmações explícitas contra a política, os manifestantes realizaram um evento político: disseram não ao que aí está, contestando as ações dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, assim como as do poder legislativo nos três níveis.

Praticando a tradição do humor corrosivo que percorre as ruas, modificaram o sentido corriqueiro das palavras e do discurso conservador por meio da inversão das significações e da irreverência, indicaram uma nova possibilidade de práxis política, uma brecha para repensar o poder, como escreveu um filósofo político sobre os acontecimentos de maio de 1968 na Europa.

Justamente porque uma nova possibilidade política está aberta, algumas observações merecem ser feitas para que fiquemos alertas aos riscos de apropriação e destruição dessa possibilidade pela direita conservadora e reacionária.

Comecemos por uma obviedade: como as manifestações são de massa (de juventude, como propala a mídia) e não aparecem em sua determinação de classe social, que, entretanto, é clara na composição social das

manifestações das periferias paulistanas, é preciso lembrar que uma parte dos manifestantes não vive nas periferias das cidades, não experimenta a violência do cotidiano experimentada pela outra parte dos manifestantes.

Com isso, podemos fazer algumas indagações.

Por exemplo: os jovens manifestantes de classe média que vivem nos condomínios têm idéia de que suas famílias também são responsáveis pelo inferno urbano (o aumento da densidade demográfica dos bairros e a expulsão dos moradores populares para as periferias distantes e carentes)? Os jovens manifestantes de classe média que, no dia em que fizeram 18 anos, ganharam de presente um automóvel (ou estão na expectativa do presente quando completarem essa idade), têm idéia de que também são responsáveis pelo inferno urbano? Não é paradoxal, então, que se ponham a lutar contra aquilo que é resultado de sua própria ação (isto é, de suas famílias), mas atribuindo tudo isso à política corrupta, como é típico da classe média?

Essas indagações não são gratuitas nem expressão de má-vontade a respeito das manifestações de 2013. Elas têm um motivo político e um lastro histórico.

Motivo político: assinalamos anteriormente o risco de apropriação das manifestações rumo ao conservadorismo e ao autoritarismo. Só será possível evitar esse risco se os jovens manifestantes levarem em conta algumas perguntas:

1. estão dispostos a lutar contra as ações que causam o inferno urbano e, portanto, enfrentar pra valer o poder do capital de montadoras, empreiteiras e cartéis de transporte que, como todo sabem não se relacionam pacificamente (para dizer o mínimo) com demandas sociais?

2. estão dispostos a abandonar a suposição de que a política se faz magicamente sem mediações institucionais?

3. estão dispostos a se engajar na luta pela reforma política, a fim de inventar uma nova política, libertária, democrática, republicana, participativa?

4. estão dispostos a não reduzir sua participação a um evento pontual e efêmero e a não se deixar seduzir pela imagem que deles querem produzir os meios de comunicação?

Lastro histórico: quando Luiza Erundina, partindo das demandas dos movimentos populares e dos compromissos com a justiça social, propôs a Tarifa Zero para o transporte público de São Paulo, ela explicou à sociedade que a tarifa precisava ser subsidiada pela Prefeitura e que ela não faria o subsídio implicar em cortes nos orçamentos de educação, saúde, moradia e assistência social, isto é, dos programas sociais prioritários de seu governo.

Antes de propor a Tarifa Zero, ela aumentou em 500% a frota da CMTC (explicação para os jovens: CMTC era a antiga empresa municipal de transporte) e forçou os empresários privados a renovar sua frota.

Depois disso, em inúmeras audiências públicas, ela apresentou todos os dados e planilhas da CMTC e obrigou os empresários das companhias privadas de transporte coletivo a fazer o mesmo, de maneira que a sociedade ficou plenamente informada quanto aos recursos que seriam necessários para o subsídio.

Ela propôs, então, que o subsídio viesse de uma mudança tributária: o IPTU progressivo, isto é, o imposto predial seria aumentado para os imóveis dos mais ricos, que contribuiriam para o subsídio juntamente com outros recursos da Prefeitura.

Na medida que os mais ricos, como pessoas privadas, têm serviçais domésticos que usam o transporte público, e, como empresários, têm funcionários usuários desse mesmo transporte, uma forma de realizar a transferência de renda, que é base da justiça social, seria exatamente fazer com que uma parte do subsídio viesse do novo IPTU.

Os jovens manifestantes de hoje desconhecem o que se passou: comerciantes fecharam ruas inteiras, empresários ameaçaram lockout das empresas, nos "bairros nobres" foram feitas manifestações contra o "totalitarismo comunista" da prefeita e os poderosos da cidade "negociaram" com os vereadores a não aprovação do projeto de lei.

A Tarifa Zero não foi implantada. Discutida na forma de democracia participativa, apresentada com lisura e ética política, sem qualquer mancha possível de corrupção, a proposta foi rejeitada.

Esse lastro histórico mostra o limite do pensamento mágico, pois não basta ausência de corrupção, como imaginam os manifestantes, para que tudo aconteça imediatamente da melhor maneira e como se deseja.

Cabe uma última observação: se não levarem em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, os manifestantes não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela.

Entre os vários riscos dessa imaginação, convém lembrar aos manifestantes que se situam à esquerda que, se não tiverem autonomia política e se não a defenderem com muita garra, poderão, no Brasil, colocar água no moinho dos mesmos poderes econômicos e políticos que organizaram grandes manifestações de direita na Venezuela, na Bolívia, no Chile, no Peru, no Uruguai e na Argentina. E a mídia, penhorada, agradecerá pelos altos índices de audiência.

Link: http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chaui-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html?fb_comment_id=fbc_196174387208484_616141_196302627195660#f1844a3948

Espaço Aberto I

Juventude Cidadã? Ofensivas reacionárias contra crianças e adolescentes no Brasil

Augusto Waga*
Laila Aurore**
Rhaysa Ruas***

Tudo João, nada na mesa
Deu no jornal, mãos na cabeça
Um marginal que já não pode mais fugir
Vai reagir
Menino, é bom ficar de olho aí

Que tudo é desse mundo
Surpresa também
Espinho é bem mais fundo
Destino também
O amor tá quase mudo
Minha voz também
Cruel é isso tudo
(*Cruel* – Sérgio Sampaio)

A América Latina observou, em seu contexto de (re)democratização, uma saturação dos discursos de cidadania e direitos humanos, que, agora, denunciam sua funcionalidade à ordem neoliberal e que convivem com o extermínio da juventude, principalmente negra e pobre. Todavia, as diversas ofensivas conservadoras

e, até, reacionárias contra os "menores" encontra eco e protagonismo na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que discute a redução da maioridade penal dos 18 para os 16 anos.

Entre os diversos projetos em disputa, destaca-se o do deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB - SP) que, além da redução da idade mínima para 16 anos, defende aumento das penas para menores de idade. Os juristas, convidados como "especialistas", alegam que o ECA permite responsabilizar adolescentes de apenas 12 anos de idade. Entre aqueles que se colocam contrários à redução, alguns dizem que deve haver um recrudescimento do aparato policial, como se a simples mudança da lei não resolvesse1.

Este nível de discussão na sociedade política que não extrapola o senso comum criminológico é uma marca de como o Brasil atravessou períodos ditatoriais no século XX com permanentes sequelas, na forma de cultura política autoritária. A violência contra crianças e adolescentes se adensou, neste início de século XXI, na forma de marcante diferença evolutiva entre as causas naturais e as externas na mortalidade de crianças e adolescentes. Na contramão das denominadas *causas naturais*, que diminuem de forma contínua e acentuada nas três décadas analisadas, as *causas externas* (que incluem acidentes diversos, suicídio, homicídio, entre outras formas de violência) evidenciam crescimento, principalmente a partir do ano de 2006. As taxas de mortalidade por *causas naturais* na faixa de menos de 1 a 19 anos de idade despencam de 387,1 óbitos por 100 mil em 1980 para 88,5 em 2010. Isso representa uma queda de 77,1%. Cai para menos da quarta parte do que era em 1980. Já as *causas externas* passam, no mesmo período, de 27,9 para 31,9: um crescimento de 14,3%. Com esse diferencial, aumenta de forma drástica a participação das *causas externas* no total de mortes de crianças e adolescentes. Efetivamente, em 1980, as causas externas representavam só 6,7% do total de mortes de crianças e adolescentes. Para 2010, essa participação quadruplica: eleva-se para 26,5%2.

Loïc Wacquant nos ajuda a compreender o desmantelamento do Estado-providência e a ascensão do Estado Penal nos Estados Unidos e na Europa. Seus comentários acerca de redefinição das políticas sociais no que ele chama de *workfare state* ampliam os espectros políticos para as mediações de análise da América Latina3. Rusche e Kirchheimer, já nos anos 1960, apontavam para a funcionalidade do sistema penal no capitalismo: a deterioração do mercado de trabalho e sua correlação com o aumento efetivo dos presos, como forma de controle do exército industrial de reserva e de apropriação da força de trabalho tanto das classes subalternas quanto dos trabalhadores do sistema carcerário pelo capital4.

Wacquant alerta para o fato de que o neoliberalismo articula e substitui o *social* pelo *penal*. A desregulamentação do mercado de trabalho descentra o *welfare state* para o *workfare state*, em que os programas sociais assumem a responsabilização individual como condição para a imposição da ética do trabalho5. Além disso, nega a possibilidade histórica de responsabilização do Estado pela pobreza e pela precarização das condições trabalhistas, já que está muito mais voltado para o sucesso do mercado financeiro.

Entendemos tal reconfiguração do Estado como um fenômeno global. A América Latina, que não viveu experiências de Estado de bem-estar social, articula uma gestão da insegurança social com centralidade na segurança pública. Não se pode entender tal particularidade sem se voltar para a política de "tolerância zero", de Giuliani, nem as diretrizes do Consenso de Washington, a que Wacquant se remete e nos ajuda a compreender.

A imensa massa de sobrantes, com a reestruturação produtiva, principalmente a partir dos anos 1980, no Brasil e em toda a América Latina, fez com que o Estado operasse, no contexto neoliberal, a privatização dos

1 Disponível em http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-06-10/ccj-do-senado-faz-audiencia-publica-para-discutir-diminuicao-da-maioridade-penal.

2 Dados de WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2012 – crianças e adolescentes no Brasil.* 1ª ed. Rio de Janeiro, 2012, pp. 12-18. No mesmo sentido, o Mapa da violência 2013 apontou para o crescimento da mortalidade por armas de fogo, que foi mais intenso ainda. Se, no conjunto da população, os números cresceram 346,5% ao longo do período, entre os jovens esse crescimento foi de 414,0%. Também os homicídios jovens cresceram de forma mais acelerada: na população como um todo foi de 502,8%, mas, entre os jovens, o aumento foi de 591,5%. Para acessar esses dados, ver: WAISELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2013 – mortes* matadas *por armas de fogo.* 1ª ed. Rio de Janeiro, 2013, pp. 9-15.

3 WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, pp. 85-115.

4 RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

5 WACQUANT, L. Op. cit., p. 52.

riscos e a responsabilidade individuada. Com isso, observou-se a convergência assistencial-punitiva, que se caracteriza, de um lado, por programas de assistência disciplinadores e behavioristas e, por outro, a criminalização6. Foi importante, para tal construção, que se pensasse a cidadania restrita ao âmbito do mercado, ou seja, que a massa de desempregados não fosse identificada com os pobres incluídos no mercado, daí o surgimento de programas sociais como o Juventude Cidadã7, em que os benefícios precários se conjugam com a ideia de *cidadania*, mas não no sentido de sua universalização; daí as construções recentes de "direitos humanos para humanos direitos", ou seja, a garantia dos direitos só pode ser pensada para o *cidadão-consumidor*, e não para o *bandido* ou *criminoso*.

Por isso, entendemos que tal forma recente de enfrentamento da 'questão social' por parte do Estado anula qualquer possibilidade de cidadania, em sua dimensão emancipatória, mesmo que circunscrita à emancipação política. A redução da maioridade penal é uma ofensiva perversa e reacionária contra crianças e adolescentes, que são, nos termos de Vera Malaguti Batista, a potência de construção da história8. A criminalização caracteriza exatamente o filicídio, paradigma do Estado Penal neoliberal, que extermina a juventude, detentora das potencialidades da construção de outro futuro, que só será possível com utopia e rebeldia.

*** Graduando em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC;**
**** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC;**
***** Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**

Espaço Aberto II

A repercussão social do enfoque midiático nos crimes sexuais

Lydia de Freitas Vianna*
Fernanda Sofieti**

"Também fala pro seu Damião
que não tem problema a mulher ganhar mais.
Que o mundo hoje já é outro,
bem diferente do que viveu seu pai.

A gente não conta piada machista
e nem diz a hora e lugar de mulher.
Ela tem o direito de andar só à noite se quiser."
Daniel Kirjner

6 NASCIMENTO, Maria Lívia do e RODRIGUES, Rafael Coelho. A convergência social/penal na produção e gestão da insegurança social. In BATISTA, Vera Malaguti. *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro, Revan, 2012.

7 O projeto Juventude Cidadã, adotado pela prefeitura do Rio de Janeiro vinculado ao governo federal representa de forma emblemática, inclusive por sua denominação, tal tendência de profissionalização dos jovens como programa social. A Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego lançou o projeto em agosto de 2009. O secretário municipal de Trabalho e Emprego, Augusto Ribeiro, obteve verba de 15 milhões de reais para qualificar sete mil jovens em diversas áreas profissionais, de 18 a 29 anos, com uma renda mensal de até um salário mínimo por membro da família e cursando ou tendo concluído o ensino fundamental ou médio. Os candidatos selecionados terão uma bolsa-auxílio no valor de R$ 100,00, vale transporte e lanche, durante os seis meses de curso com carga horária de 350 horas/aula. Fonte: http://www.rio.rj.gov.br/web/smte/exibeconteudo?article-id=155685

8 BATISTA, Vera Malaguti. Filicídio: a questão criminal no Brasil contemporâneo. In FREIRE, Silene de Moraes (org.). *Direitos Humanos, violência e pobreza na América Latina contemporânea*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007.

Introdução

A opressão da mulher é uma realidade incontestável, sendo encontrada em diversas formas, como no ambiente de trabalho, no doméstico, nas relações sociais. As mulheres permanecem como as principais vítimas da violência sexual, sendo o estupro uma de suas principais formas. Em mais da metade dos casos, esse crime é praticado por pessoas que a vítima conhece, como pais, irmãos, parentes em geral e outros conhecidos9. Estes delitos não são, por muitas vezes, denunciados por medo da vítima, afinal, mais do que uma relação sexual, o estupro é uma relação de poder10.

Nesta toada, a atuação midiática se torna importantíssima, pois seu enfoque, ora maior, ora menor funciona como meio de pressão para a solução deste problema. Contudo, há de se atentar para o porquê de haver uma maior atenção ou não para o tema, pois os meios de comunicação comumente servem aos interesses políticos em jogo, não funcionando como a idealizada imprensa neutra.

Estatísticas e a representatividade feminina

O dossiê mulher 2013 foi recentemente divulgado. Esse estudo é uma iniciativa do Instituto de Segurança Pública (ISP) e apresenta informações sobre a violência contra a mulher no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012, com base nas ocorrências registradas nas delegacias policiais fluminenses11. Em fevereiro de 2013 ocorreram 497 estupros no estado, contra 475 no mesmo período do ano anterior, revelando um aumento de 4,6%12.

O estudo revelou que, em média, há 17 vítimas de estupro por dia no estado do Rio de janeiro. No ano de 2012 foram registrados 6.029 estupros no estado em questão, revelando um aumento de 23,8% da ocorrência deste delito em relação ao ano anterior. Constatou-se que meninas e mulheres jovens, faixa etária até 29 anos, são as principais vítimas, constituindo 78,1% dos casos. O dossiê revelou, ainda, que em 82,8% dos casos de estupro, as vítimas são do sexo feminino. O que demonstra que as mulheres permanecem como as principais vítimas da violência sexual.

As estatísticas demonstram que os casos de estupros vêm aumentando. Entretanto, é necessário se indagar se há, de fato, um aumento, ou se houve, por outro lado, um aumento do número de denúncias de tal crime. A analista criminal do Instituto de Segurança Pública (ISP), Andréia Soares, ressaltou que o salto do número de estupros pode sim estar relacionado a um aumento no número de pessoas que efetuam a denúncia13. Ou seja, não há necessariamente um aumento na criminalidade, as estatísticas, por vezes, podem induzir ao erro.

As mulheres constituem uma classe com pouca representatividade. Inúmeros são os casos em que mulheres vão a delegacias prestar queixa e passam da condição de vítimas para a condição de autoras do crime. A culpa, por inúmeras vezes, é atribuída ao modo de se vestir, ao comportamento, dentre outros fatores que jamais deveriam sequer ser cogitados como elemento excusante. Essa visão preconceituosa encontra-se presente até em doutrinadores do meio jurídico, como, por exemplo, Túlio Vianna, que afirma que

> *"...deverá o juiz analisar também o comportamento da vítima. Trata-se evidentemente de conduta ativa por parte da vítima que induza o réu à prática do crime. Não justifica a diminuição de pena nos crimes contra os costumes a mera roupa provocante com a qual desfila a moça em local ermo, pois ninguém é obrigado a trajar-se com recato. Por outro lado, a moça que aceita ir a um motel com um rapaz e lá, após as tradicionais preliminares, desiste da cópula no último momento, certamente contribui com seu comportamento para a prática de*

9 Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/estupros-crescem-250-em-quatro-anos-em-niteroi-7786501.html> acesso em 10/06/2013
10 Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130329_estupro_rio_cq.shtml> acesso em 10/06/2013
11 INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dossiê Mulher 2013. Rio de janeiro. RJ
12 Disponível em <http://urutau.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResumoFev13.pdf> Acesso em 25/06/13
13 Disponível em < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130329_estupro_rio_cq.shtml> Acesso em 15/06/2013

> *estupro naquele momento. A clara diferença entre os dois comportamentos das vítimas está na absoluta passividade do primeiro e na atividade do segundo."*

Ainda que essa não seja uma corrente majoritária no âmbito jurídico, o texto em questão faz parte de um artigo no qual se ensina a aplicar a pena ao caso concreto. Ou seja, Túlio Vianna ensina aos futuros juízes que certa atitude da mulher pode ser considerada como fator para diminuir a pena, demonstrando claramente uma visão machista e opressora da figura feminina. Essa visão que causa a não realização das denúncias pelos crimes sofridos pelas mulheres.

A luta feminista ocorre há muito tempo, fazendo com que a mulher ganhe espaço em nossa sociedade. Sua maior representatividade há de impactar em um maior exercício de seus direitos, dentre eles, uma maior confiança para efetuar a denúncia de crimes sexuais. Portanto, levando, assim, a um aumento nas estatísticas dos crimes que sofrem. Por outro lado, isso também pode demonstrar um aumento na legitimidade das instituições estatais perante o segmento feminino. Ou seja, uma maior confiança no aparelho estatal, principalmente com a implementação de políticas de proteção, que fazem com que as vítimas se sintam mais seguras14.

Vera Malaguti atenta que a demanda por ordem de nossa formação econômica e social é que vai indicar o que é criminalizado, ou seja, qual é o objeto da criminologia. E esta está relacionada com a luta pelo poder e pela demanda por ordem15. Podemos perceber que houve um significativo aumento da veiculação da mídia de notícias contendo casos de estupro. O assunto não era muito abordado e por semanas esse assunto passou a ficar topo da lista e, pouco tempo depois, praticamente sumiram. Sumiram ou foram tirados de pauta? Diversas denúncias desse tipo de crime foram feitas e colocadas em cheque pela imprensa nacional. Em certos casos chegando a ter repercussão internacional.

As estatísticas demonstram que os casos de estupro aumentaram. Entretanto, após uma explosão de notícias relacionadas a esse assunto, esses crimes aparentemente desapareceram. Estupros ocorrem e continuarão ocorrendo. Esse aparente sumiço nada mais é do que uma ocultação da mídia no que tange a essa questão. As notícias anteriormente veiculadas geraram um impacto muito negativo na imagem do Estado brasileiro no âmbito internacional.

O estupro midiático

A divulgação de estupros pela mídia tomou grandes proporções nos recentes casos envolvendo turistas no Rio de Janeiro. O relato, além de chocar os brasileiros, teve grande repercussão internacional, o que de fato maculou a imagem do Estado brasileiro perante a sociedade internacional. Isso se deve, principalmente, a proximidade de eventos de grande porte na esfera internacional: a Copa das Confederações e, ainda, da Jornada Mundial da Juventude, neste ano de 2013, podendo-se falar ainda dos eventos que ocorrerão nos próximos anos, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Um desses casos de estupro ocorreu em uma van durante a madrugada. Um casal de jovens estrangeiros que se encontravam no país por conta de um intercâmbio acadêmico, uma norte-americana com seu namorado francês, entraram na condução na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. A mulher foi estuprada por várias vezes e seu namorado foi obrigado a assistir, sofrendo, ainda, agressões16, foram horas de tortura física e psicológica. O caso levou o governo francês a recomendar a seus cidadãos, que fossem viajar ao Brasil, que evitassem usar transportes públicos, principalmente à noite. Isso devido à alta taxa de periculosidade e violência que o país apresenta17.

A partir da divulgação deste caso, em dois dias os criminosos já estavam presos. Outras vítimas da mesma quadrilha apareceram para dar seus depoimentos. Martha Rocha, a Chefe da Polícia Civil, exonerou a

14 Disponível em <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rio-estupros-aumentam-15-media-e-de-16-crimes-por-dia-14062013> Acesso em 16/06/2013
15 BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Revan. 2° Edição. Rio de Janeiro. 2012. Pg 19
16 Disponível em < http://extra.globo.com/noticias/rio/mp-denuncia-por-roubo-acusados-de-estuprar-turista-em-van-8346762.html> Acesso em 12/06/2013
17 Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/franca-recomenda-que-estrangeiros-evitem-transporte-publico-no-brasil-8041889.html> Acesso em 13/06/2013

delegada titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) de Niterói e a diretora do Posto Regional de Polícia Técnico Científica (PRPTC) de São Gonçalo (a primeira, por não ter tomado as medidas necessárias durante as investigações de uma jovem de Saquarema, que possivelmente também fora vítima dos criminosos da van, e a segunda, pela demora – constatada - no atendimento da mesma no Instituto Médico Legal - IML)18.

O jornal The New York times chegou a criticar a atuação das instâncias policiais brasileiras. Foi afirmado na reportagem em questão que o caso só foi solucionado por ter repercussão internacional e por se tratar de uma vítima estrangeira, atentando-se para o fato de que o mesmo acontecimento não tem a devida importância e cuidado do quando se trata de vítimas nacionais. Alguns especialistas apontam, em tal reportagem, que a razão do descaso com as vítimas brasileiras seria o fato de serem, em sua maioria, pobres e da classe trabalhadora, o que revela a grande divisão de classes da sociedade brasileira19.

Outro caso relatado pela mídia foi o do estupro ocorrido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Este ocorreu durante uma festa no campus universitário, no estacionamento. O movimento durante a festa e a presença diária de seguranças não foram suficientes para impedir que o delito ocorresse. Este, inclusive, foi cometido por um aluno da universidade contra outra aluna. O caso, ao que tudo indica, tratava-se de estupro corretivo20, modalidade em que o estuprador, por não admitir a opção sexual da mulher, diz que vai “fazê-la ser heterossexual”.

Houve, ainda, a divulgação de outros casos que ocorreram em uma praia da zona sul da cidade do Rio de janeiro, em plena luz do dia21.Assim como em vans e ônibus, inclusive praticado por menores de idade22. O que claramente demonstrava à população que não havia data nem hora para estupros ocorrerem. Uma clara situação de insegurança, principalmente para as mulheres, que são as principais vítimas desse delito.

Reações punitivistas

O enfoque dado à questão dos estupros acaba por aflorar um punitivismo exacerbado por parte da sociedade brasileira. O espírito de vingança, que jamais deve ser considerado para a elaboração do sistema penal, surge em meio a demandas pela chamada justiça.

No dia 3 de maio deste ano de 2013, foi divulgado o caso de um estupro ocorrido durante o dia, dentro de um ônibus com passageiros, que circulava por uma das maiores vias do estado. Após a foto do agressor ser divulgada em vários jornais da cidade e parte de um vídeo, capturado pela câmera de segurança do micro-ônibus, passar repetidas vezes na televisão, ele foi finalmente reconhecido. Além de ser negro, morador de uma comunidade carente no subúrbio do Rio de Janeiro, era menor de idade. Tinha apenas dezesseis anos de idade. O acontecido trouxe mais uma vez à tona a questão da redução da maioridade penal.

Consagrada em nossa Carta Magna, a maioridade penal23 não pode ser simplesmente reduzida por lei. Trata-se de uma garantia individual, e, assim, é atribuído a ela um status de cláusula pétrea. Assim, não se pode alterá-la, nem por meio de Emenda Constitucional, pois constitui constituinte originário, que só poderia ser alterado por meio de uma nova constituinte24. A Constituição, ao atribuir a maioridade penal a partir dos 18 anos de idade, reconheceu a vulnerabilidade que pessoas desta faixa etária estão sujeitas. A maior proteção às crianças e adolescentes se deve, portanto, ao fato de que são eles os sujeitos mais constantes nas

18 Fonte: Jornal O Dia, 2/4/2013
19 Disponível em <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nyt-acusa-rio-de-so-se-ligar-para-estupros-depois-de-turista> Acesso em 16/06/2013
20 Disponível em < http://extra.globo.com/noticias/rio/uerj-abre-sindicancia-para-investigar-suposto-estupro-dentro-da-universidade-8468185.html> Acesso em 14/06/2013
21 (JORNAL O DIA, 26/04/2013).
22 Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/vitima-de-estupro-em-onibus-chora-ao-reconhecer-menor-que-violentou-8320992.html> Acesso em 17/06/2013

23 Nos termos da CF/88: Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

24 Disponível em <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id205.htm> Acesso em 26/06/13

violações de direitos. Cabe ressaltarmos que, segundo o Dossiê Mulher 2013, dos estupros em que as vítimas são mulheres, 51,4% são praticados contra meninas de até 14 anos, que configura estupro de vulnerável25.

A Lei n° 12.015/09 teve como escopo tornar a legislação penal mais rígida com relação aos crimes sexuais. Com essa lei, houve a junção dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor no mesmo artigo do Código Penal, o artigo 213 versa que estupro caracteriza-se por "Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso". É importante termos em mente que, mesmo com a vigência da citada lei, o aumento do número de estupros se manteve, assim como apontado pelo Dossiê Mulher 2013. O que claramente demonstra que penas mais duras não correspondem a uma taxa menor criminalidade.

Conclusão

Percebemos que, mais do que tudo, a violência sexual demonstra a desigualdade de gênero e a subjugação da figura feminina. Constituímos uma sociedade marcada pelo machismo, na qual as mulheres até recentemente não eram consideradas nem mesmo como plenamente capazes. O Código Civil de 1916, em vigência anterior ao código atual, estabelecia que, caso houvesse discordância entre o marido e a mulher, prevaleceria a vontade paterna. A mulher não poderia, ainda, exercer profissão, aceitar ou não herança, alienar certos bens, dentre outras limitações26. Desta forma, percebemos claramente a situação hierárquica na qual a mulher encontrava-se completamente inferior ao homem. Com o advento do Estatuto da Mulher Casada, em 1962, houve certo progresso com relação à questão, já que as mulheres adquiriram sua capacidade civil plena.

Apenas com a Constituição de 1988 que as mulheres adquiriram o status de igualdade entre os homens. Entretanto, a manifesta falta de respeito à dignidade da mulher foi socialmente construída, não bastando uma igualdade meramente formal, ainda que constitua grande avanço e conquista. Necessitamos, assim, que muito mais que legislações mais rígidas. A educação se faz assim como principal meio de correção dessa realidade de secundarização do papel da mulher em nossa sociedade.

***Graduanda em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC**
****Graduanda em Serviço Social/UERJ e bolsista do PROEALC**

25 Nos termos do Código Penal: Estupro de vulnerável (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
§ 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
§ 3º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
§ 4º Se da conduta resulta morte: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)
Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.(Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

26 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm> Acesso em 30/06/2013

Livros/Lançamentos



ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2013.

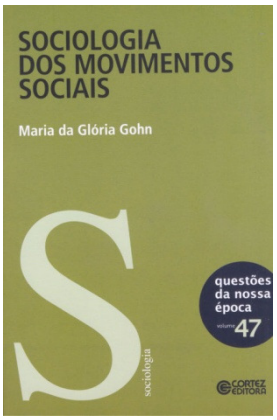
Este segundo volume de Riqueza e miséria do trabalho no Brasil apresenta um panorama amplo e multifacetado da nova morfologia do trabalho, analisando as distintas terceirizações, as múltiplas precarizações e os vários modos de ser da informalidade que despontam no país, acentuados a partir dos anos 1990, quando se redesenhou a divisão internacional do trabalho. O livro traz estudos aprofundados de vários ramos ou setores econômicos, como petroquímico, metalúrgico, aeronáutico, hoteleiro, educacional e fumageiro, que, em conjunto, permitem uma melhor compreensão da organização do trabalho no Brasil. Também são apresentadas análises sobre as tendências presentes no capitalismo dos países centrais, que dialogam com o caso brasileiro e servem de contexto para entender os impasses e estratégias das organizações de trabalhadores, como os sindicatos e as ocupações de fábricas.

Fruto de um dos maiores núcleos de pesquisa sobre o trabalho no Brasil, o livro reúne, sob coordenação do sociólogo Ricardo Antunes, a contribuição coletiva de mais de 20 pesquisadores e autores, entre eles Pietro Basso, Sadi Dal Rosso, Graça Druck, Henrique Amorim, Adrian Sotelo, Edilson Gracioli e Geraldo Augusto Pinto, em torno da questão “Para onde vai o mundo do trabalho: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil”. Inspirado na formulação de Marx, presente nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, a respeito da relação dialética entre riqueza e miséria no trabalho, o livro aprofunda a investigação empírica em diversos setores da economia brasileira e traça um panorama atual do mundo do trabalho no Brasil, refletindo algumas de suas dimensões essenciais em seu processo de reestruturação contemporâneo.

Os 24 artigos que compõem esta obra são organizados em três partes. Uma primeira estabelece um panorama das diversas modalidades do trabalho na atualidade, com ênfase na inserção do Brasil no cenário global, e lança as bases para uma teoria geral da fenomenologia do trabalho. A hipótese de Ricardo Antunes aqui é de que “a aparente invisibilidade do trabalho é a expressão fenomênica que encobre a real geração de mais-valor em praticamente todas as esferas do mundo laboral nas quais ele possa ser realizado”. A segunda parte forneçe um exame detido dos vários ramos econômicos (petroquímico, metalúrgico, educacional, aeronáutico, hoteleiro, fumageiro e do agronegócio), a fim de melhor compreender os modos diferenciados da produção no Brasil, bem como a nova morfologia do trabalho que vem se configurando. A terceira e última parte se debruça sobre as tentativas de resistência presentes no cenário social, explorando algumas de suas respostas e desafios, como as cooperativas e os diferentes modos de ação sindical.

Sobre o organizador

Ricardo Antunes é professor titular de Sociologia do Trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp). É autor, entre outros, de *Adeus ao trabalho?* (14a edição revista e ampliada, São Paulo, Cortez, 2010); *Os sentidos do trabalho* (2a edição, 10a reimpressão revista e ampliada, São Paulo, Boitempo, 2009) e *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual* (co-organização, São Paulo, Boitempo, 2009). Coordena as coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Expressão Popular).



Gohn, Maria da Glória. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Cortez Editora, 2013.

A obra destaca dois tempos históricos distintos no campo da sociologia dos movimentos sociais: 2011/2012 e 1968. Primavera Árabe, Indignados na Europa e Occupy Wall Street, são analisados inicialmente; as mobilizações no Brasil atual são tratadas na segunda parte; e na terceira, aborda-se o famoso Maio de 1968 na França. "os movimentos sociais no Brasil como no conjunto da América Latina, trouxeram á cena política de forma majoritária, a participação das mulheres. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares como demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos. Foram elas que lutaram por creches, transportes, saúde entre outros.

Portanto os Movimentos Sociais no Brasil das décadas de 70, e ao decorrem dos anos 80, foram demarcados com o surgimento de inúmeras formas de movimentos e formas organizativas populares, que reivindicavam direitos sociais tradicionais para sobrevivência do ser humano assim como a igualdade e a liberdade e a construção de uma democracia".

Maria da Glória Gohn nasceu em 1947 em São Bento do Sapucaí, SP. Graduada em Sociologia e Política, fez doutorado em Ciência Política na Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Sociologia na New School of University, New York. É professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas e do Programa de pós-graduação em Educação da Uninove. Pesquisadora I do CNPq, é Vice-Presidente do Research Committee Social Movements and Social Classes, da Associação Internacional de Sociologia. Em 2010 teve sua autobiografia selecionada e publicada do Dessa - Dictionary of Eminents Social Sciences Scientists, da Fundação Mattei Dogan, Paris. Tem os seguintes livros publicados pela Cortez: Educação Não Formal e a Formação do Educador Social; O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias; Educação Não Formal e Cultura Política; Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica; Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania e Reinvidicações Populares Urbanas.

Agenda Acadêmica

XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA

Data: 10 a 13 de setembro 2013
Local: Belém/PA
Informações: http://www.sbs2013.sinteseeventos.com.br/texto.php?id_texto=4

XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), e a ser realizado na cidade de Salvador, campus Ondina da UFBA, entre os dias 10 e 13 de setembro de 2013. Clique aqui para acessar o site do Evento. O XVI Congresso Brasileiro de Sociologia tem como tema **A Sociologia como Artesanato Intelectual**, expressão cunhada por Charles Wright Mills em fins dos anos 50, em seu famoso e clássico livro *A Imaginação Sociológica*.

1º ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E O 8º ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL (ENPS)

Data: 10 e 13 de junho de 2013
Local: Vitória/ES
Informações: http://enps.com.br/

Saiba mais sobre: relação de trabalhos aprovados,programação das comunicações orais, instruções para as apresentações orais, transporte e acomodação e veja onde fica o Teatro da Ufes no link do evento.

VI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE

Data: 13 e 17 de novembro de 2013
Local: Rio de Janeiro, no Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Informações: http://www.cienciassociaisesaude2013.com.br/apresentacao/index.php

É com satisfação que a Comissão de Ciências Sociais e Humanas da ABRASCO anuncia a realização do VI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, entre os dias 13 e 17 de novembro de 2013, no Rio de Janeiro, no Campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Essa sexta edição tem como tema central "Circulação e Diálogo entre Saberes e Práticas no Campo da Saúde Coletiva", definido a partir das reflexões produzidas durante os cinco congressos anteriores e as participações das Ciências Sociais e Humanas no desenvolvimento da Saúde Coletiva brasileira.

O Congresso pretende reunir pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes de pós-graduação e graduação nas áreas de ciências humanas e sociais voltadas para a saúde.

Pretende-se incentivar o debate, a reflexão e o enfrentamento dos desafios teóricos e práticos colocados para esta área no contexto contemporâneo. Serão muito bem vindos aqueles que querem pensar, debater, construir e refinar a nossa ampla participação no campo da saúde.

XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Data: 14 a 18 de outubro de 2013
Local: São Paulo, em Águas de Lindóia
Informações: http://www.cbas2013.com.br/

No período de será realizado em São Paulo, em Águas de Lindóia, o XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais com o tema central **"Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social"**.

O CBAS é o maior evento do Serviço Social brasileiro, realizado a cada três anos, e reúne em torno de 3.000 profissionais e estudantes. É um evento de natureza político-científica, cujos debates subsidiam a construção da agenda das entidades nacionais da categoria – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO - para o próximo triênio. Constitui, ainda, importante espaço de divulgação da produção científica e técnica da área do Serviço Social, através da apresentação de trabalhos e comunicações pelos profissionais e estudantes e do lançamento de livros.

O XIV CBAS coloca no centro da agenda o trabalho profissional neste contexto da sociedade brasileira, tendo

em perspectiva intensificar as lutas por melhores condições de trabalho, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro e sua direção de luta e resistência contra a ordem desumanizante do capital.

Os temas das conferências centrais serão:
- Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social
- Trabalho do/a assistente social no contexto da crise do capital: desafios para a categoria profissional

As mesas redondas simultâneas discutirão os seguintes temas:
- Enfrentamento da Questão social no contexto da crise do capital: um compromisso ético-político dos/as assistentes sociais
- Os desafios éticos no cotidiano do trabalho profissional dos/as assistentes sociais

O Congresso contará também com oito plenárias simultâneas com temas polêmicos, desafiadores e instigantes, como segue abaixo:
- Trabalho do assistente social na política de assistência social
- Organização política dos/as assistentes sociais: em defesa do trabalho e da formação com qualidade
- Política de drogas: consensos, dissensos e direitos em debate – questões para o Serviço Social
- Diversidade sexual e identidade de gênero: desafios para o Serviço Social
- Os desafios da intervenção profissional do/a assistente social na área da saúde
- Questão urbana e o trabalho do/a assistente social: desafios, lutas e resistências
- O trabalho do(a) assistente social na previdência social no contexto de restrição de direitos - desafios e perspectivas.
- Serviço Social brasileiro e sua articulação com países da América Latina e de língua portuguesa

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
www.cfess.org.br

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS
www.abepss.org.br

Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO
http://www.executivamess.wordpress.com

Conselho Regional de Serviço Social – 9ª Região/SP
http://www.cress-sp.org.br

Expediente
Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Dr. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Maria José Martins da Silva (PROEALC/CCS/UERJ)
Danilo Rocha Cerqueira (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Augusto Maciel Waga (PROEALC/CCS/UERJ)
Fernanda Sofieti (PROEALC/CCS/UERJ)
Laila F. Aurore Romão (PROEALC/CCS/UERJ)
Lydia de Freitas Vianna(PROEALC/CCS/UERJ)
Rhaysa S. R. da Fonseca (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Assessoria de Informática
Victor Hugo Cardoso Palmeira (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.